

SENADOR

EDIÇÃO 04 | MARÇO | 2023

ZEQUINHA MARINHO

ESPORTE

**PASSAPORTE PARA
VITÓRIA É O MAIOR
PROJETO SOCIAL PARA
JOVENS NO PARÁ**

PRONAF MARAJÓ

**APROVADO PROJETO DO
SENADOR QUE BENEFICIA
O ARQUIPÉLAGO**

PRODUÇÃO

**PARÁ RECEBE O PRIMEIRO
CENTRO TECNOLÓGICO
DO CACAU**

SENADO
FEDERAL



EDITORIAL

Chegamos à metade deste mandato com todo o gás e a confiança que mantínhamos lá no começo de nossa caminhada no Senado. Ao longo desse tempo, apresentamos proposições direcionadas para a melhoria da vida do povo brasileiro e para o desenvolvimento do país, em especial do meu Pará. Também relatamos matérias que vieram a se tornar lei e, desde então, têm gerado impactos positivos no dia a dia da população. É o caso, por exemplo, da Lei Nº 14.203/2021, que ampliou e facilitou o acesso ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

O ano de 2022 teve lá seus desafios, mas também permitiu comemorar importantes vitórias. A Emenda Constitucional nº 120 possibilitou o pagamento do piso salarial aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Foram 11 anos de luta, tempo em que a proposta tramitou no Congresso Nacional. Meus parabéns e reconhecimento a esses bravos guerreiros. São mais de 400 mil agentes que atuam hoje no país

e que tiveram sua profissão devidamente valorizada.

Outra importante categoria também teve sua justa valorização aprovada no Congresso Nacional. Por meio da Emenda Constitucional nº 124 e da Lei nº 14.343 pudemos viabilizar o pagamento do piso salarial nacional do técnico de enfermagem, do enfermeiro, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

Foi um ano de Eleições Gerais e de Copa do Mundo, no entanto, nosso trabalho não parou. Aprovamos 134 projetos de lei, 54 Medidas Provisórias, 54 projetos de decreto legislativo, 50 projetos de resolução do Senado, 12 PECs, 11 projetos de lei complementar e 87 indicações de autoridades. Em todas essas votações – assim como tenho feito desde o primeiro dia do meu mandato como senador – pautei minhas decisões naquele compromisso que firmei com cada um dos cidadãos paraenses que confiaram a mim a atribuição de poder representá-los no Senado Federal.

E assim me manterei ao longo desse

novo ano de 2023. Estou certo de que serão grandes os desafios. De minha parte, renovo por mais um período o juramento que fiz aos cidadãos paraenses, prometendo guardar a Constituição federal e as leis do país. A atribuição de fiscalizar o governo e seus atos também não será esquecida. Será feita uma rigorosa fiscalização na liberação e aplicação dos recursos públicos. Afinal, para 2023 a gente deseja e segue na luta por mais saúde, educação, segurança, habitação, dignidade e melhoria na condição de vida do povo brasileiro.



**SENADOR
ZEQUINHA
MARINHO**

SENADOR ZEQUINHA MARINHO

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação do Gabinete do Senador Zequinha Marinho (PL-PA), impressa pela Gráfica do Senado Federal, em consonância com o Ato nº 06/2002 da Comissão Diretora que dispõe sobre impressões gráficas. De acordo com este Ato, a Secretaria de Editoração e Publicações editora e imprime os trabalhos de autoria dos senadores referente às matérias de natureza constitucional ou legal, assuntos históricos ou culturais de interesse legislativo, separatas de projetos de lei, leis, discursos, requerimentos de informações e síntese de atividades parlamentares.

CHEFE DE GABINETE

Alexandre Bodani

TEXTOS

Yuri Age

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Áurea Gomes

Guel Fegali

Marcelo Barbosa

Michel Jorge

Yuri Age

COLABORAÇÃO

Martha Regnier

DIAGRAMAÇÃO

Calazans Souza

ARTE E INFOGRÁFICOS

Ronaldo Magno

Gabinete Senador Zequinha Marinho

Senado Federal - Anexo II, Ala Teotônio Vilela - Gab. 18

Brasília - Distrito Federal. CEP 70.165-900

Escritório Regional Senador Zequinha Marinho

Avenida Rômulo Maiorana, 700. Ed. Vitta Office, Salas 1104 e 1105

Marco - Belém-PA. CEP 66.040-036

@zequinhamarinhooficial

@ZequinhaMarinho

/zequinhamarinhooficial

@zequinhamarinhooficial

www.zequinhamarinho.com.br

/zequinhamarinhosenador

/t.me/zequinhamarinhooficial

(61) 99881-0020

SUMÁRIO

08

INCENTIVO À PRODUÇÃO CACAUEIRA

Projeto do senador Zequinha Marinho é defendido por produtores de cacau. Iniciativa vai expandir a produção.



12

PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

Congresso Nacional aprova o piso de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras.

14

GATOS DE ENERGIA

De autoria do senador Zequinha Marinho, projeto que proíbe a cobrança dos “gatos” na conta de energia é aprovado no Senado.

26

DEFENSOR DO PARÁ

No ano de 2022, foram aprovadas mais de 260 proposições legislativas. Saiba como votou o nosso senador

17

MOTOTAXISTAS E MOTORISTAS DE APLICATIVOS

Senado aprova isenção de IPVA. Senador Zequinha defende zerar IPI na aquisição de novos veículos.

22

Apoiado pelo senador Zequinha Marinho, projeto leva para todas as regiões do Pará mais cidadania e esporte para jovens do estado.



30

CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO

Senador apoia iniciativa que implantará o primeiro CVT do Cacau e Chocolate, na Amazônia.



SENADO CRIA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Com a finalidade de propor medidas para a construção de um arcabouço legal que garanta a liberdade religiosa e acompanhar os resultados de ações assistenciais promovidas pelo Poder Executivo, o Senado Federal instalará sua Frente Parlamentar Evangélica. Aprovada sua criação no final de 2022, o grupo parlamentar deverá iniciar seus trabalhos já no início da nova legislatura. O senador Zequinha Marinho foi quem relatou o projeto no Plenário do Senado Federal e que viabilizou a criação da Frente. De autoria do senador Carlos Viana (PL-MG), a frente reunirá lideranças e parlamentares que comungam dos mesmos princípios basilares para o desenvolvimento do país, a fim de impulsionar e acompanhar os trabalhos assistencialistas governamentais.

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA - TUCURUI

Foram destinados mais de R\$ 4,6 milhões por meio de indicação do senador Zequinha Marinho para construção do Núcleo de Desenvolvimento da Aquicultura (NDA), do campus do Instituto Federal do Pará de Tucuruí. A emenda do senador permitirá a implementação do núcleo e possibilitará que Tucuruí e a região do lago da usina hidrelétrica passem a contar com um centro de referência para formação e capacitação profissional, desenvolvendo novas tecnologias de produção. Representa mais emprego e renda para o Estado do Pará.



FPA

MAIS UMA VEZ NA VICE-PRESIDÊNCIA DA FPA

O senador Zequinha Marinho foi reeleito, em votação simbólica, vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. Ao lado do deputado Pedro Lupion (PP-PR) - escolhido para presidir durante o biênio 2023/2024 -, eles estarão à frente de pautas fundamentais para o desenvolvimento do agro. Hoje, esse setor representa cerca de 30% do PIB e gera mais de 19 milhões de empregos. A nova diretoria contará ainda com a senadora eleita, Tereza Cristina (PP/MS), que assumirá a coordenação política no Senado Federal.



DIVULGAÇÃO

EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

A convite da diretoria da Petrobras, o senador Zequinha Marinho conheceu o Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), responsável por estudar o potencial produtivo das bacias sedimentares da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão/Barreirinhas e Potiguar. Situadas na margem equatorial brasileira, nos estados do Pará, Amapá, Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, essas bacias apresentam um alto potencial para a descoberta de óleo leve, que tem um valor comercial superior, além de uma localização geopolítica estratégica, próxima dos maiores mercados consumidores do mundo e em uma região cujo índice de desenvolvimento humano é mais baixo se comparado à média brasileira. Segundo a Petrobras, em seu Plano Estratégico 2022-2026, 38% dos investimentos exploratórios estão destinados à margem equatorial, o que representa um investimento de US\$ 2 bilhões.



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E ENDEMIAS

Uma das importantes vitórias do último ano de 2022 foi a aprovação da proposta que valoriza e reconhece o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE). Após uma luta travada há 11 anos – tempo em que a PEC foi discutida no Congresso Nacional – os mais de 400 mil profissionais que atuam nessa área passam a contar com um piso fixo de remuneração. Forte defensor dessa medida, o senador Zequinha Marinho não só contribuiu para sua aprovação como comemorou e pontuou a necessidade de se “fazer justiça aos profissionais que são fundamentais para buscar alternativas para melhorar as condições de saúde da população brasileira.



ALAN SANTOS-PR

TÍTULOS DE TERRA

Nos últimos quatro anos, foram entregues no Pará mais de 100 mil títulos de terras de propriedade rural, definitivos e provisórios, para beneficiários da reforma agrária. Esse volume de títulos entregues aos paraenses foi o maior em todo o Brasil, representando 1/5 do total de documentos entregues no período, mais de meio milhão. Ao lado do então presidente Jair Bolsonaro, o senador Zequinha Marinho esteve em muitos desses momentos que marcarão para sempre a vida dessas famílias. Além dos títulos, o governo concedeu o Crédito Instalação, que são linhas de financiamento que garantem desde a fixação na área de reforma agrária até a estruturação de empreendimentos nessas comunidades. Só no Pará, os investimentos ultrapassaram R\$ 41,8 milhões.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E ENTIDADES COMUNITARIAS

Apesar do momento mais crítico da pandemia de Covid-19 ter sido superado, muitas pessoas ainda sofrem os impactos provocados por essa que foi uma das mais duras crises mundiais. Pensando nessas pessoas, o senador Zequinha Marinho tem defendido que o governo federal edite Medida Provisória ou encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacional para conceder anistia das multas por atraso ou não entrega das declarações fiscais por parte das associações de moradores e entidades comunitárias. As associações de moradores e as entidades comunitárias são instituições sem fins lucrativos que têm como objeto social defender os interesses das pessoas que vivem em certa localidade. Elas podem ser criadas em todos os tipos de comunidades, como bairros, vilas, condomínios e assentamentos.

CACAU

PRODUTORES DEFENDEM PROJETO DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO E RESSALTAM QUE INICIATIVA FORTALECE A PRODUÇÃO NACIONAL

MARCELO BARBOSA



Senador Zequinha Marinho confere as novidades da produção paraense do cacau

A Associação Nacional de Produtores de Cacau (ANPC) tem defendido que o Senado Federal pautar o projeto (PL 1.769/2019) e justifica que ele fortalecerá a produção cacaueteira no país. De autoria do senador Zequinha Marinho, a proposta estabelece um percentual mínimo de cacau na mistura do chocolate. Sexto maior produtor mundial de cacau, o Brasil processa cerca de 220 mil toneladas do fruto, o que representa um valor bruto de R\$ 18 bilhões e a geração de mais de 300 mil empregos em todos os segmentos da cadeia cacaueteira.

Ao estabelecer um percentual mínimo de cacau na mistura do chocolate brasileiro, algo que já é feito em outros lugares do mundo, o senador pretende

aumentar a produção local, gerando novas oportunidades de emprego e renda, além de dinamizar esse importante setor da economia brasileira e estabelecer as condições necessárias para criar uma espécie de selo de qualidade.

“Esse projeto, além de contribuir para o desenvolvimento do mercado de chocolates no país, busca esclarecer ao consumidor sobre aquilo que está sendo consumido. Outro ponto muito importante do projeto tem a ver com a saúde, uma vez que o verdadeiro chocolate utiliza mais cacau e menos açúcar em sua mistura”, esclarece o senador.

Presidente da ANPC, a produtora de cacau Vanuza Barroso defende a redução da quantidade de açúcar e o aumento da

porção de cacau na mistura do chocolate como um cuidado com a saúde dos consumidores brasileiros. “Além de ter esse viés mais saudável, o projeto é de grande valia para nosso setor. Esperamos que ele possa ser votado no Congresso e fortaleça a cacauicultura brasileira”, comentou.

Enquanto aguarda o parecer do relator, senador Roberto Rocha (PTB/MA), na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o projeto recebeu emenda apresentada pelo senador Ângelo Coronel (PSD/BA) que reforça a necessidade de garantir a produção de um “chocolate da mais alta qualidade e em condições de competir com os mercados externos”, destaca o senador baiano.



O VERDADEIRO CHOCOLATE BRASILEIRO

Pelo projeto de autoria do senador Zequinha Marinho, para ser chamado chocolate é preciso:

CHOCOLATE AO LEITE

Percentual mínimo de 25% de cacau.

MANTEIGA DE CACAU

Percentual mínimo de 10% de cacau.

CHOCOLATE EM PÓ

Percentual mínimo de 32% de cacau.

AMARGO OU MEIO AMARGO

Percentual mínimo de 35% de cacau.

CHOCOLATE BRANCO

Percentual mínimo de 20% de manteiga de cacau.



PRONAF MARAJÓ

UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ARQUIPÉLAGO

Foi aprovado no Senado Federal o projeto (PL 486/2020) que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Marajó). De autoria do senador Zequinha Marinho, a medida inclui a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Além disso, o projeto determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.

Durante a aprovação da matéria, o senador Zequinha Marinho destacou que “o Pronaf e o crédito rural têm o poder de promover a redução das desigualdades regionais, porém são necessárias ações específicas, seja por meio da priorização das regiões menos favorecidas no que tange ao acesso ao crédito rural, seja por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural de forma prioritária para os agricultores familiares dessa região”.

O Pronaf é um programa especial de financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços em estabelecimentos rurais familiares e de pequeno porte.

Marajó – Dos 10 municípios brasileiros com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), três estão na região do Marajó. São eles: Bagre, Chaves e Melgaço, sendo este último o mu-



PEDRO FRANÇA, AGÊNCIA SENADOR

nicípio com o mais baixo IDH de todo o Brasil. As informações são do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Reforçando a necessidade de melhorar a qualidade de vida da população marajoara, o relator do projeto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Paulo Rocha (PT/PA), destacou em seu parecer que, ao prever condições especiais que levem em consideração as particularidades regionais para as linhas de crédito rural, o projeto “contribui, a nosso ver, para a promoção de políticas públicas focadas no atendimento às necessidades específicas de agricultores familiares dessa Região, que é umas das mais desfavorecidas do país”, concluiu.

O Pronaf e o crédito rural têm o poder de promover a redução das desigualdades regionais

Senador Zequinha Marinho



FOTOS: FREEPIK

PROJETO PROTEGE CONSUMIDOR AO CRIAR CERTIFICAÇÃO PARA SERVIÇOS AUTÔNOMOS

Atuando na proteção e defesa do consumidor, o senador Zequinha Marinho apresentou projeto (PL 386/2022) que permite a criação de certificações privadas de seguros para prestadores de serviços. O objetivo do projeto é estimular a criação de certificações com o intuito de recomendar os prestadores de serviços mediante a contratação de seguros que cubram eventuais danos e prejuízos ao contratante.

Serviços malfeitos e o atraso na execução do trabalho, por exemplo, serão combatidos a partir de certificações privadas, estimuladas a partir do Sistema Nacional de Seguros Privados.

O senador Zequinha Marinho explica que o projeto “respeita a autonomia da vontade e a liberdade econômica ao não impor a obrigatoriedade de seguros privados”. O autor da pro-

posição avalia que ao criar as certificações privadas, estará promovendo um estímulo positivo para induzir novo comportamento social em nome do benefício privado e coletivo.

Criado em 1966, o Sistema Nacional de Seguros Privados é composto pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (Susep) e sociedades autorizadas a operar em seguros privados e capitalização.

Pelo projeto do senador, o CNSP, além de fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados e estabelecer as características gerais dos contratados de seguros, será responsável em permitir a criação de certificações privadas, recomendando os prestadores de serviços que passam a ser segurados em decorrência da contratação de serviços de seguros privados.

PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

ILUSTRAÇÕES STORYSET / RONALDO MAGNO



NOVO PISO SALARIAL SERÁ PAGO JÁ EM 2023

R\$ 4.750,00
para enfermeiros

R\$ 3.325,00
para técnicos de enfermagem

R\$ 2.375,00
para auxiliares de enfermagem e parteiras

Após uma longa jornada em busca da valorização e reconhecimento profissional, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras conquistaram uma importante vitória para a categoria. Foi promulgada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional (EC 124) que fixa o piso salarial desses trabalhadores da saúde. O senador Zequinha Marinho, grande defensor dessa medida, declarou que ela faz justiça com esses profissionais que

muitas vezes correm risco, que se doam para salvar vidas”.

Originada da PEC 11/2022, a emenda constitucional torna viável o Projeto de Lei (PL 2.564/2020) que fixa o piso salarial das categorias de saúde. Ao inserir o piso no texto constitucional, evitam-se ações na Justiça sob alegação do chamado vício de iniciativa, quando a proposta é apresentada por um dos Poderes sem que a Constituição lhe atribua competência para isso.

A previsão é que o projeto beneficie mais de dois milhões de profissionais. “Lá no meu estado do Pará essa turma trabalha muito, sempre com compromisso e seriedade, assim como em todo Brasil. Nossas congratulações pela persistência, pela mobilização, pelo contato permanente com cada parlamentar desta casa. Essa é uma importante vitória dos profissionais da enfermagem e demais trabalhadores da saúde”, destacou o senador Zequinha Marinho.

APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES

PROJETO RELATADO PELO SENADOR ZEQUINHA MARINHO PERMITE QUE DÍVIDAS COM IBAMA SEJAM PARCELADAS



MARCELO BARBOSA

A quitação ou parcelamento de dívidas de pequenos produtores rurais com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi aprovada pelo Senado Federal, que votou o projeto (PL 3.475/2021). Relatado pelo senador Zequinha Marinho, o projeto se justifica em razão da pandemia, que provocou prejuízos significativos no país, especialmente em vários setores produtivos rurais.

O senador Zequinha Marinho explica que “a pandemia acirrou a difícil situação dos produtores rurais com pendências financeiras com o Ibama, que receberam multas irrealistas e enfrentam

encargos impagáveis, tornando os pequenos produtores de boa-fé reféns de uma situação insustentável, sem a possibilidade de quitação de suas pendências financeiras e, de outra parte, sem condições de acesso ao crédito rural, instrumento fundamental para a produção agropecuária”.

Além de estabelecer as formas de negociação, o projeto determina um marco temporal para definir quem terá direito ao parcelamento. Poderão ser parceladas dívidas anteriores a data da edição da lei decorrente do PL 3.475/2021. Segundo o senador Zequinha, essa medida é fundamental para evitar “condutas oportunistas”.

Para o autor do projeto, senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), o parcelamento das dívidas permitirá ao pequeno produtor “limpar seu nome” e investir na produção. “A maioria das multas, nem mesmo se o produtor rural vendesse a propriedade, conseguiria pagar. No momento em que emitem a multa colocam o nome do produtor rural em todos os órgãos e o pequeno produtor rural fica impedido de fazer um outro financiamento e de trabalhar para continuar sustentando a sua família. A maioria dessas pessoas quer pagar, mas da forma que estava era impossível”, comenta.

CONDIÇÕES DE PARCELAMENTO DA DÍVIDA JUNTO AO IBAMA

Os débitos poderão ser pagos em até 60 meses, válido para pessoas físicas ou jurídicas que detenham propriedades de até quatro módulos fiscais.

A dívida renegociada poderá ser paga ou parcelada

À vista, com redução de 100% dos encargos moratórios, de ofício e de multas e do encargo legal

Parcelados em até 60 prestações mensais, com redução de 100% das multas de mora e de ofício e das isoladas



MARCELO BARBOSA

“GATOS”

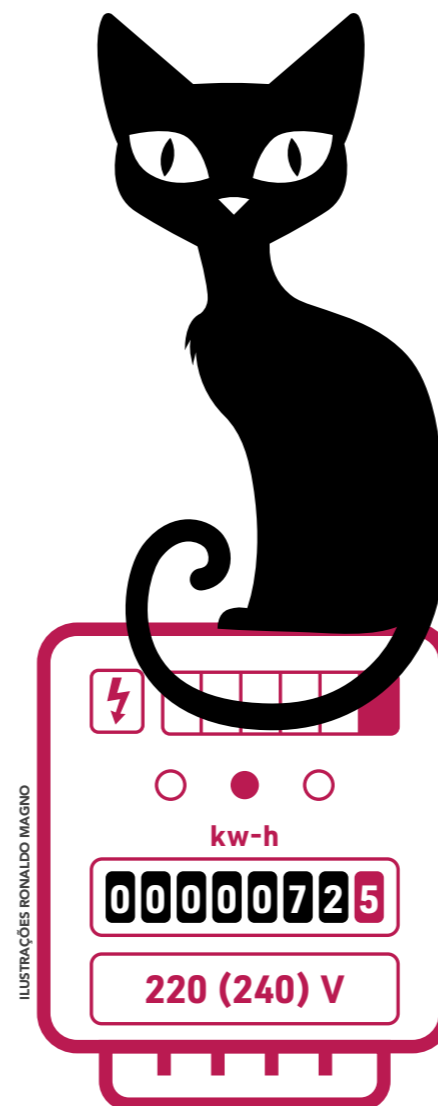
DE AUTORIA DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO, PROJETO QUE REDUZ CONTA DE LUZ ESTÁ NA PAUTA DE VOTAÇÃO DO SENADO

Desde que iniciou seu mandato no Congresso Nacional, o senador Zequinha Marinho luta pela redução do custo da tarifa de energia elétrica. Já apresentou e relatou vários projetos nesse sentido. Uma das proposições mais recentes (PL 5.325/2019) foi, agora, aprovada no Senado Federal e proíbe a inclusão das perdas não-técnicas, mais conhecidas como “gatos”, na conta paga pelo consumidor. A medida visa a baratear o cus-

to do serviço que é pago pelos cidadãos brasileiros.

“Esse projeto representa o clamor do consumidor de energia no Brasil, principalmente do Pará e da região Norte, onde a gente paga o valor do quilowatt-hora alto. Cabe às distribuidoras de energia elétrica atuar para coibir o roubo. Não é possível transferir o ônus da incompetência dessas empresas ao consumidor”, destacou o senador.

As perdas técnicas são inerentes à transmissão e à distribuição de energia elétrica: envolvem questões físicas, relacionadas à transformação da energia elétrica em energia térmica nos condutores, perdas nos núcleos dos transformadores etc. Já as perdas não técnicas equivalem a todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furto de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento ou uni-



10,7%
É quanto representam os custos decorrentes de furtos de energia ou erros nos processos de medição e faturamento na Região Norte



WALDEDIR BARRETO, AGÊNCIA SENADO

dades consumidoras sem equipamento de medição.

Originalmente, segundo o PL 5.325/2019, o órgão ficaria impedido de incluir nas tarifas “a cobertura, ainda que parcial, das perdas não técnicas de energia elétrica”. Jorginho Mello (PL-SC), no entanto, propôs na Comissão de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) uma emenda que institui o estabelecimento, pela agência reguladora, de um limite para as perdas, a partir do qual a prestadora do serviço arca com parte dos prejuízos, em lugar de vedar qualquer repasse de perdas não técnicas para as tarifas de energia elétrica.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os custos decorrentes de furtos de energia ou erros nos processos de medição e faturamento representam 2,9% das receitas das distribuidoras no Brasil. Em alguns casos, como na Região Norte, chegam a 10,7%. Pelo texto aprovado, a agência deverá fazer comparações entre empresas e, a partir disso, definir um nível de perdas

técnicas e não técnicas que podem ser incorporadas às tarifas, além de uma trajetória de redução que as empresas deverão perseguir.

Além da luta para retirar a cobrança dos “gatos de energia” da conta do consumidor brasileiro, o senador Zequinha Marinho teve um papel fundamental para a garantia do desconto de até 65% garantido pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). Foi ele quem relatou o projeto – convertido na Lei Nº 14.203, de 10 de setembro de 2021 – que torna obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da TSEE.

O benefício foi criado em 2010 pela Lei 12.212 e dá um desconto entre 10% e 65% na conta de energia das residências nos primeiros 220 kWh consumidos mensalmente. O desconto varia de acordo com a faixa de consumo de energia, ou seja, quanto menor o consumo, maior o desconto na conta. O benefício também pode ser obtido por famílias com renda per capita de até meio salário mínimo ou que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).



SENADO APROVA PROJETO QUE FORTALECE SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

No último ano de 2022, foram muitas as proposições aprovadas no Senado Federal. Dentre elas, o projeto (PLP 27/2020) que prevê a reformulação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. O senador Zequinha Marinho votou pela aprovação da proposta, por entender que a gestão de recursos oficiais ou de fundos públicos ou privados pelas cooperativas de crédito aumentará as fontes de financiamento para a expansão da produção brasileira.

Segundo o Sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), as cooperativas de crédito possuem atualmente a maior rede de atendimento entre as instituições financeiras do país, com mais de 7,6 mil pontos físicos. São, de acordo com esse levantamento, a única opção disponível em 264 municípios do país.

Ao defender a proposta, o senador Zequinha Marinho cita o documento "Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo", do Banco Central do Brasil. O documento destaca que o coo-

perativismo de crédito é um relevante provedor de crédito a seus associados, com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas e vem apresentando crescimento acima da média dos demais segmentos.

O Sistema OCB projeta que, para 2023, o cooperativismo brasileiro deve movimentar cerca de R\$ 600 bilhões. O agro deverá receber de 60% a 65% desse valor. "Sobretudo neste momento que buscamos superar os impactos da pandemia na economia, vejo como fundamental aprovar medidas que estimulem e dinamizem a produção, assegurando mais crédito para que pequenos e médios produtores possam investir em seus negócios, gerando mais renda e oportunidades de emprego", defendeu Zequinha.

O projeto altera a Lei Complementar 130, de 2009 (que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo - SNCC) sob três perspectivas: atividades e negócios; organização sistêmica; e gestão e governança do modelo.

**600
BILHÕES
DE REAIS**
É quanto o
Sistema OCB
estima que será
movimentado pelo
cooperativismo
em 2023

SENADO FEDERAL ISENTA IPVA PARA AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS DE ATÉ 170 CM³

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas, o senador Zequinha Marinho comemora a recente publicação da Resolução nº 15/2022, que isenta o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) na aquisição de motocicletas de até 170 cilindradas. A medida tem caráter autorizativo, cabendo aos estados e ao Distrito Federal aplicar a regra de redução do imposto.

Além da isenção do IPVA, o Senado pode votar o projeto que zera a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de veículos por motoristas de aplicativos, mototaxistas e motoboys. De autoria do senador Zequinha Marinho, o projeto (PL 759/2022) atende a uma demanda antiga dos trabalhadores que fazem o transporte de pessoas. "É urgente a necessidade de avançar com propostas que fortaleçam o trabalho desses profissionais, pela extrema relevância dos serviços que prestam para nossa sociedade, bem como pelo efeito positivo desta medida para o reaquecimento da economia", analisa o senador.

O projeto do senador Zequinha isenta de cobrança de IPI as motocicletas ou motonetas de fabricação nacional equipadas com motor de cilindrada não superior a 250 cm³ e automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a 2.000 cm³, e de, no mínimo, quatro portas.

Além de reduzir o custo da aquisição de novos veículos por motoristas de aplicativos, mototaxistas e motoboys, o senador ressalta que a redução do preço final dos veículos será importante para fomentar a indústria nacional, além de garantir melhores condições de trabalho a esses profissionais.



ISENÇÃO DO IPVA



Motos nacionais com motor de até 250 cm³

Automóveis de passageiros nacionais com motor de até 2 mil cm³ e de, no mínimo, 4 portas.



PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Apesar de ter sido um ano tomado pelas Eleições Gerais de 2022 e pela Copa do Mundo, o Senado Federal não parou com suas atividades de representar a população brasileira. Assim foi com o senador Zequinha Marinho que manteve sua alta produção no Legislativo Nacional. Além da apresentação de projetos e da relatoria de inúmeras proposições, o senador Zequinha trabalhou intensamente junto ao governo federal para buscar por mais recursos em benefício da população paraense.

EDILSON RODRIGUES / AGÊNCIA SENADO

PRINCIPAIS PROJETOS DE AUTORIA DO SENADOR ZEQUINHA APRESENTADOS EM 2022



PL 2.920/2022 (SERVIDOR PÚBLICO)

Elimina, nas condições que especifica, a vedação ao exercício de atividade econômica, como microempreendedor individual, por servidor público de qualquer dos entes federados.



PL 1.617/2022 (DIREITO DO CONSUMIDOR)

Obriga as administradoras de cartão de crédito a colocarem, nos extratos de cobrança mensal, a razão social e o nome de fantasia do estabelecimento onde foi realizada a operação.



PL 759/2022 (MOBILIDADE)

Estende a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de veículos para uso profissional por motoristas de aplicativos (de transporte remunerado privado individual de passageiros), mototaxistas e motoboys.



PL 386/2022 (SERVIÇOS)

Permite a criação de certificações privadas de seguros para prestadores de serviços.



PRS 13/2022 (ENERGIA)

Estabelece a alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com energia elétrica ou prestação de serviços de comunicação.



PRS 34/2022 (ECONOMIA)

Requer que as operações de crédito externo para o financiamento de governos estrangeiros ou de projetos de infraestrutura em que a União for credora sejam submetidas à autorização prévia do Senado Federal.



PRS 22/2022 (AGRICULTURA)

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Lavoura Cacaueira, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e do Cacau Cabruca.



PEC 2/2022 (SEGURANÇA PÚBLICA)*

Institui garantias para os policiais civis, penais e militares, os bombeiros militares e suas famílias.



PRINCIPAIS PROJETOS RELATADOS PELO SENADOR EM 2022



MP 1.096/2022 (DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 550 milhões, cujo objetivo é atender a ações de Defesa Civil relativas a socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais nos Estados da Federação que decretaram situação de emergência e/ou estado de calamidade pública.



PDL 100/2022 (RELAÇÕES INTERNACIONAIS)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, celebrado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.



PLS 474/2018 (RELIGIÃO)*

Estabelece o dia 15 de novembro como o Dia Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular.



PL 3.475/2021 (MEIO AMBIENTE)

Autoriza a liquidação ou parcelamento de dívidas de produtores rurais administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



PL 4.552/2020 (TRABALHO)

Permite o parcelamento de dívidas trabalhistas cuja execução judicial seja iniciada durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus ou até 10 meses após o seu término.



PL 2.329/2021 (ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com a finalidade de prestar apoio financeiro às famílias de menores de 18 anos de idade que tiveram um dos pais ou responsáveis legais falecidos e que não possuam meios para prover a sua subsistência, bem como às instituições de prestem apoio a essas famílias.

*Senador Zequinha Marinho foi o relator ad hoc

*Senador Zequinha foi um dos signatários

FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA LEI MODERNIZARÁ PROCESSO POR MEIO DO AUTOCONTROLE



Após uma intensa batalha no Congresso Nacional, foi transformado em lei (nº 14.515/2022) o projeto que estabelece a fiscalização agropecuária por autocontrole. A inovação na legislação brasileira modernizará os processos de fiscalização agropecuária ao substituir o controle realizado por técnicos do governo por programas de autocontrole promovidos por produtores rurais e indústria, incentivando modelos de fiscalização on-line a partir do compartilhamento de processos.

Vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Senado Federal, o senador Zequinha Marinho defendeu arduamente o projeto do autocontrole por entender que isso trará maior dinamismo ao setor agropecuário, eliminando gargalos e problemas relacionados à lentidão burocrática.

“Como foi muito bem colocado pelo relator do projeto lá na Câmara, deputado Pedro Lupion (PP-PR), estamos falando de um importante processo de modernização que busca acompanhar o crescimento do setor. Hoje a burocracia estatal é um impeditivo, e essa limitação relativa à falta de fiscais para liberar novos empreendimentos no campo acaba afugentando investimentos que são importantes para gerar mais empregos e riquezas aqui no país”, justifica o senador Zequinha.

Para o presidente da FPA, deputado Sérgio Souza (MDB-PR), esse é um dos projetos mais importantes para aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro. “Estamos falando de redução de custos de produção com garantia de qualidade, porque de fato

a burocracia engessa qualquer setor produtivo”.

Controle - A inspeção e classificação dos produtos de origem animal e vegetal e a fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades do campo são ações previstas na defesa agropecuária. Entre elas, cabe ao governo fiscalizar o uso de agrotóxicos e a entrada de plantas estrangeiras no país.

A Lei 14.515 determina que as empresas do setor agropecuário criem sistemas de autocontrole para auxiliar o poder público na tarefa de manter rebanhos, lavouras e produtos saudáveis. Esses programas de autocontrole terão como objetivo garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos.



SENADOR ZEQUINHA MARINHO PROPÕE ANISTIA DAS MULTAS ÀS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

O senador Zequinha Marinho apresentou proposta de indicação ao governo federal para que seja editada Medida Provisória com a finalidade de anistiar as multas decorrentes de atraso, ou não entrega, das declarações fiscais por parte das associações de moradores e entidades comunitárias. As multas em questão são relativas aos anos-calendário 2020 e 2021.

Na justificativa encaminhada à Presidência da República, o parlamentar argumenta que, em função da pandemia de Covid-19, muitas das associações de moradores e entidades comunitárias não apresentaram as declarações fiscais federais, acarretando a inativação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de milhares de entidades. “Nesse conturbado

período, além das dificuldades de locomoção e de atendimento nas repartições públicas, seus dirigentes e associados sofriam com o desemprego, a queda de renda e, muitas vezes, com a perda de familiares”, ressalta o senador Zequinha Marinho.

Para a reativação do CNPJ dessas associações é necessária a apresentação das respectivas declarações fiscais e o pagamento das multas devidas que, no caso de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores, é de R\$ 200. “São valores muito significativos para entidades sem fins lucrativos, especialmente aquelas que representam os moradores das localidades mais carentes, o que justifica a concessão da anistia pleiteada”, destaca o autor da indicação.



As associações de moradores e entidades comunitárias são instituições sem fins lucrativos que têm como objeto social defender interesses sociais coletivos. Adquirem especial relevância em comunidades mais carentes, em que funcionam como o principal instrumento de atuação dos moradores para obter acesso a seus direitos mais essenciais, tais como regularização fundiária, saneamento básico, pavimentação de vias, escolas e postos de saúde.



O MAIOR PROJETO SOCIAL PARA JOVENS DE REGIÕES PERIFÉRICAS NO PARÁ

FOTOS: MARCELO BARBOSA



“Tenho dois netos aqui no polo do Tenoné, sendo que o mais velho, com 13 anos, vinha apresentando problema seríssimo de ansiedade. Com a graça de Deus, tudo está mudando para melhor. Esse projeto está fazendo muito bem a ele”, avalia dona Carmem Monteiro, avó de dois atletas matriculados no polo do bairro Tenoné, em Belém, do Passaporte para Vitória. Iniciado no final do segundo semestre de 2022, no Pará, o projeto é promovido pelo senador Zequinha Marinho em parceria com o Instituto Léo Moura. Direcionado para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, a iniciativa já atende a 7,5 mil atletas em 25 polos no estado, de forma inteiramente gratuita.

É o maior projeto social voltado para jovens de regiões periféricas no Pará.

Responsável por levar o Passaporte para Vitória para o estado do Pará, o senador Zequinha Marinho é um grande entusiasta desse projeto. “Por meio do esporte, nossos jovens estão aprendendo a se tornarem melhores cidadãos. Tiramos crianças e adolescentes da situação de vulnerabilidade social e damos a oportunidade de se exercitarem e até mesmo revelarem talentos. Além da escolinha de futebol, todos recebem atendimento de saúde física e visual e aula de educação cidadão. E o mais importante: para se inscrever no projeto, o aluno tem que apresentar o histórico escolar, com-

provando que está estudando”, comenta o senador Zequinha.

Assim que se inscreve no projeto, todos recebem – sem nenhum custo - uniforme completo, além das chuteiras e do equipamento coletivo. Para a inscrição, os jovens devem estar devidamente matriculados na escola e os responsáveis devem apresentar: histórico escolar, certidão de nascimento/RG, atestado de aptidão física, foto 3X4 e comprovante de residência.

A dona Ione Santa - mãe do Isac, atleta do polo de Icoaraci, em Belém – já vem observando melhorias no comportamento do filho. “Tem sido enriquecedor. Meu filho tem mudado suas atitudes

em casa para poder participar do projeto. São benefícios do projeto que eu consigo ver nele, o respeito e o comprometimento também em casa. Além disso, na parte física ele emagreceu e tem trazido para ele mais saúde”, destaca.

Para João Nilson Bento, pai do aluno do polo de Capitão Poço, a iniciativa é uma importante “preparação para o futuro”. Ele explica que “a maioria dessa garotada que está agora jogando bola aqui no projeto poderia tá na rua ou fazendo outra coisa. Agora, Capitão Poço, por conta do senador Zequinha Marinho e do Instituto Léo Moura, tem uma escolinha de futebol que incentiva essa galera mirim a jogar bola”, conclui.

POLOS DO PASSAPORTE PARA VITÓRIA — PARÁ

- 🏆 **Abaetetuba** – Rod. PA 409, s/n, bairro Jarumã – QUADRA ESPORTIVA DO BAIRRO JARUMÃ
- 🏆 **Ananindeua (Distrito Industrial)** – Rua da Indústria, nº 78, bairro Saré – CAMPO DO PEREIRA
- 🏆 **Ananindeua (Águas Brancas)** – Rua 2º de Janeiro, Lote Joércio Barbalho, nº 318 – CAMPO ÁGUIA
- 🏆 **Belém (Guamá)** – Av. José Bonifácio, nº 2922, bairro Guamá – ARENA DO ADRIANO
- 🏆 **Belém (Icoaraci)** – Rua 8 de maio, Icoaraci – CAMPO DO QUARTEL
- 🏆 **Belém (Tenoné)** – Trav. 5ª linha, nº 125, Club São Pedro – ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SÃO PEDRO
- 🏆 **Breves** – Rua São Sebastião da Boa Vista, nº 1040, bairro Aeroporto – ARENA FALCÃO
- 🏆 **Cametá** – Av. Euclides Figueiredo, bairro Marambaia – CAMPO DO AA
- 🏆 **Capanema** – Trav. Boragui, s/n, bairro São José – CENTRO DE TREINAMENTO DA A.E.C. VITÓRIA
- 🏆 **Capitão Poço** – Travessa Edmundo Tórquio, s/n, bairro Centro – CAMPO DOS PRIMOS.
- 🏆 **Castanhal** – Av. Duque de Caxias, nº 110, bairro Nova Olinda – FOCUS ARENA CLUBE
- 🏆 **Conceição do Araguaia** – Av. Couto Magalhães, s/n, bairro Vila dos Pescadores – IATE CLUBE
- 🏆 **Dom Eliseu** – Rua Vitória da Conquista, nº 451, bairro Planalto – CETEDE
- 🏆 **Igarapé-Miri** – Residencial Ticiano Miranda, bairro do São Paulo – QUADRA TICIANO MIRANDA
- 🏆 **Jacundá** – Rua Conselheiro Pena, nº 218, bairro Nossa Senhora Aparecida – ASS. ESP. CALDEIRÃO
- 🏆 **Marabá (Vale Itacaiúnas)** – Av. Fortaleza, Quadra 123, bairro Vale Itacaiúnas – ARENA TATUZÃO
- 🏆 **Marabá (Folha 18)** – Folha 18, Quadra Especial, bairro Nova Marabá – CAMPO DO FOLHA 18
- 🏆 **Marituba** – Av. João Paulo II, s/n, bairro Dom Aristides – (ARAHM) CAMPO DA COLÔNIA
- 🏆 **Novo Repartimento** – Av. Cupuaçu, bairro Vila Nova – ESTÁDIO MUNICIPAL RONIVALDO BRAGA
- 🏆 **Paragominas** – Rua Agostinho Oliveira, bairro Nagibão – QUADRA DE ESPORTE NAGIBÃO
- 🏆 **Redenção** – Rua da Pedra, nº 25, bairro Casas Populares – ARENA KEIBER
- 🏆 **Santarém (Santana)** – Av. Uruará, s/n, bairro Santana – CAMPO PROF. OLINDO NEVES (POEIRÃO)
- 🏆 **Santarém (Pérola do Maica)** – Rua Trans Maica, bairro Pérola do Maica 2 – CAMPO DO FLAMENGO
- 🏆 **Tailândia** – Vicinal Pindorama, bairro Zona Rural – CT DO DÁRIO.
- 🏆 **Tucuruí** – Rua Nossa Senhora dos Anjos, bairro Santa Mônica – ARENA SANTA MÔNICA

PASSAPORTE PARA VITÓRIA

FOTOS: MARCELO BARBOSA



DEFESA DO PARÁ

O NORTE PARA A ATUAÇÃO DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO NO CONGRESSO NACIONAL

Em 2022, o Senado Federal aprovou 134 projetos de lei, 54 medidas provisórias, 54 projetos de decreto legislativo, 50 projetos de resolução, 12 Propostas de Emenda à Constituição (PEC), 11 projetos de lei complementar e 87 indicações de autoridades. Apesar das Eleições Gerais e da Copa do Mundo, vê-se que a produção da Casa legislativa se manteve bastante ativa. Há quatro anos representando o Pará na Câmara Alta, o senador Zequinha Marinho esteve presente em quase todas as votações da Casa e seu voto orientado com base em um único princípio: a defesa do povo paraense.

Foi assim quando votou o PLP 11/2020, em março do ano passado. A medida, que resultou na Lei Complementar 192, de 2022, determinou a incidência por uma única vez do ICMS sobre combustíveis, com base numa alíquota fixa e única em todo país por volume comercializado. Além disso, concedeu isenção de tributos federais até o fim de 2022.

Sobre o seu voto pela aprovação do projeto, o senador justificou que o povo paraense, além de pagar uma das gasolinas mais caras do país, sofre também com a alta no preço dos combustíveis, uma vez que grande parte dos produtos consumidos na região são transportados

FOTOS: MARCELO BARBOSA



em carretas vindas de outros centros produtores. “Estávamos numa situação de crise provocada ainda pela Covid-19. A economia ainda se ressentia dos efeitos dessa pandemia. Não era possível continuar penalizando nossa população, fazendo com que pagasse valores exorbitantes para encher o tanque. Para combater isso, nos reunimos e votamos esse projeto que foi importante para a redução no preço dos combustíveis. Pena

que a medida, por ser emergencial valia até 2022. Óbvio que os governadores de cada unidade da federação poderiam manter a alíquota em patamares mais baixos, infelizmente não foi o caso do Pará. O governador eleito mandou projeto para a Alepa para aumentar de 17% para 19% a alíquota do ICMS”, comenta o senador.

A defesa da população paraense também foi o que guiou o voto do senador



Zequinha Marinho a favor da Medida Provisória (MP 1.075/2021) que ampliou o acesso às bolsas de estado do Programa Universidade para Todos (Prouni) por estudantes que cursaram o ensino médio em escolas privadas.

Antes da MP 1.075/2021, só podiam ser beneficiados pelo Prouni os alunos que haviam feito o ensino médio em escolas públicas ou em escolas privadas com bolsa integral. Com essa medida provisória, também podem se beneficiar do programa os alunos de escolas particulares que não tenham sido bolsistas ou que tenham tido bolsas parciais. “Dar mais chances aos nossos jovens para se capacitar e buscar por melhores oportunidades de emprego é garantir um espaço mais desenvolvido e amplo de possibilidades”, enfatiza Zequinha.

Outra MP que foi aprovada no Senado e transformada em lei que tem contribuído com estados e municípios foi a 1.082/2021. A medida promoveu a alteração do percentual mínimo de 40% no repasse obrigatório da União ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). “Com a nova lei advinda da aprovação da MP, pudemos viabilizar um maior aporte no repasse fundo a fundo para financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário dos estados e municípios. No Pará, por exemplo, o aumento do Funpen permitiu o fortalecimento do sistema prisional ao viabilizar a construção de novos estabelecimentos e ampliar as unidades já existentes”, justifica.

Para esse ano de 2023, esperam-se outras tantas importantes matérias que tramitarão no Senado e que poderão mudar a vida dos brasileiros. Novamente, assim como tem feito desde o primeiro dia do seu mandato, a atuação do senador Zequinha Marinho continuará sendo pautada em um só fator condutor: a defesa do Pará e da população paraense.

CALHA NORTE

AMPLIA ATUAÇÃO NO PARÁ E PASSARÁ A ATENDER 113 MUNICÍPIOS

O Programa Calha Norte (PCN), que tem sido um importante braço do governo federal na Amazônia, passará a atender uma parcela maior do território paraense com ações voltadas para a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável. Atendendo uma solicitação da Bancada do Pará, foi publicado despacho do presidente Bolsonaro incorporando mais 86 municípios paraenses ao programa. Somado aos 27 municípios que já eram atendidos pelo PCN, 113 cidades paraenses passaram a ser beneficiadas pelas ações federais.

Criado em 1985, o PCN coordena atualmente 1.250 convênios que somam um total de R\$ 1.270 bilhão. Sob a coordenação do Ministério da Defesa, o PCN desenvolve ações em 442 municípios distribuídos em dez estados, sendo um deles o Pará.

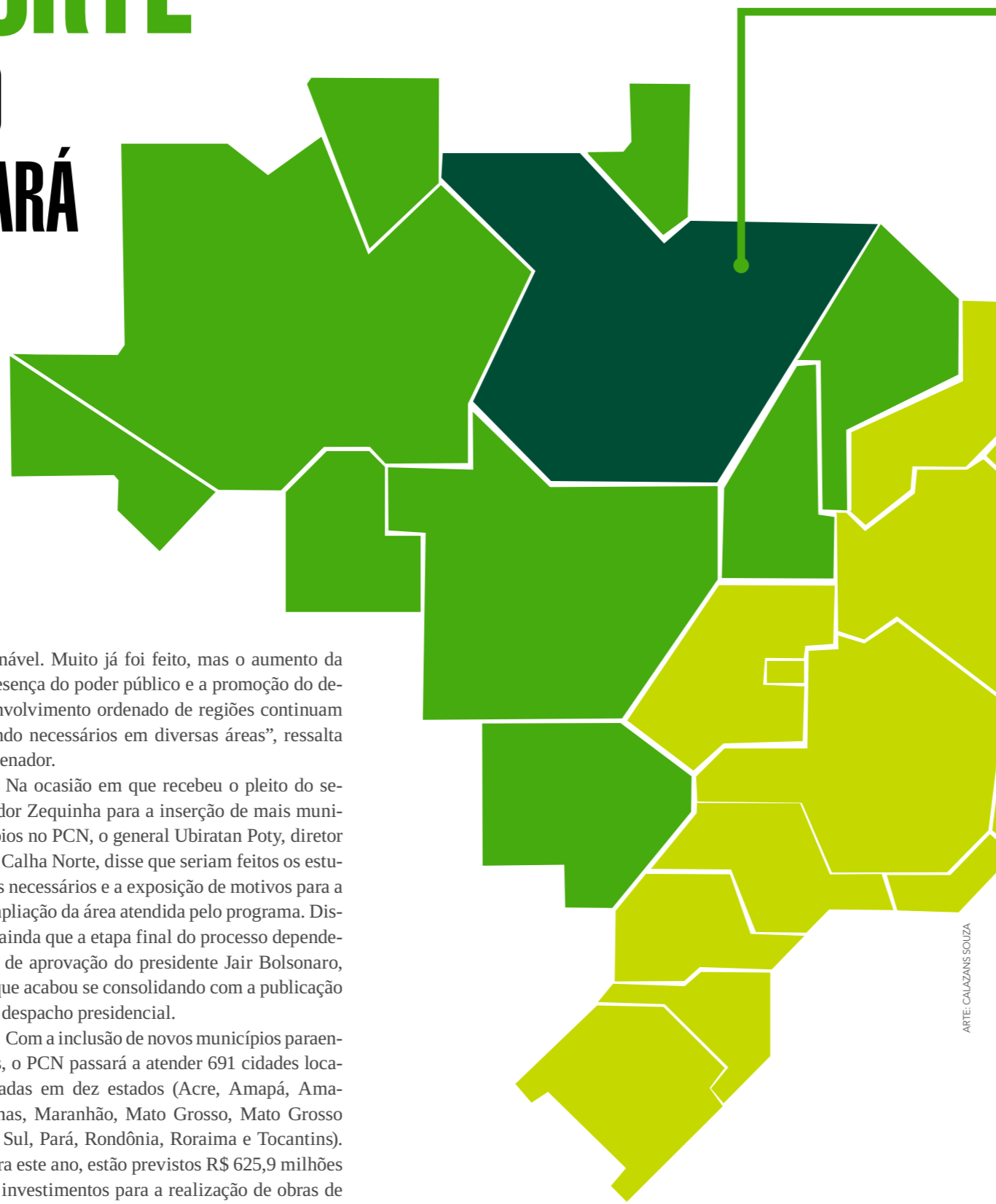
Desde junho do ano passado, o senador Zequinha Marinho, coordenador da Bancada do Pará no Congresso Nacional, vinha defendendo a necessidade de inclusão de novos municípios no PCN. “A importância do Programa Calha Norte para o Brasil, tanto para nossa soberania como para o desenvolvimento, é inques-

tionável. Muito já foi feito, mas o aumento da presença do poder público e a promoção do desenvolvimento ordenado de regiões continuam sendo necessários em diversas áreas”, ressalta o senador.

Na ocasião em que recebeu o pleito do senador Zequinha para a inserção de mais municípios no PCN, o general Ubiratan Poty, diretor do Calha Norte, disse que seriam feitos os estudos necessários e a exposição de motivos para a ampliação da área atendida pelo programa. Disse ainda que a etapa final do processo dependeria de aprovação do presidente Jair Bolsonaro, o que acabou se consolidando com a publicação do despacho presidencial.

Com a inclusão de novos municípios paraenses, o PCN passará a atender 691 cidades localizadas em dez estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Para este ano, estão previstos R\$ 625,9 milhões de investimentos para a realização de obras de infraestrutura (como escolas, creches, pontes, pavimentação de estradas e implantação de sistema de rede elétrica e iluminação pública).

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PCN NO ESTADO DO PARÁ



| | | |
|--------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Abaetetuba | Garrafão do Norte | Porto de Moz |
| Acará | Gurupá | Prainha |
| Afuá | Igarapé-Açu | Primavera |
| Alenquer | Igarapé-Miri | Quatipuru |
| Almeirim | Inhangapi | Redenção |
| Altamira | Ipixuna do Pará | Rurópolis |
| Anajás | Irituia | Salinópolis |
| Ananindeua | Itaituba | Salvaterra |
| Anapu | Itupiranga | Santa Bárbara do Pará |
| Augusto Corrêa | Jacareacanga | Santa Cruz do Arari |
| Aurora do Pará | Juruti | Santa Izabel do Pará |
| Bagre | Limoeiro do Ajuru | Santa Luzia do Pará |
| Baião | Mãe do Rio | Santa Maria do Pará |
| Barcarena | Magalhães Barata | Santarém |
| Belém | Marabá | Santarém Novo |
| Belterra | Maracanã | Santo Antônio do Tauá |
| Benevides | Marapanim | São Caetano de Odivelas |
| Bonito | Marituba | São Domingos do Araguaia |
| Bragança | Medicilândia | São Domingos do Capim |
| Brasil Novo | Melgaço | São Francisco do Pará |
| Brejo Grande do Araguaia | Mocajuba | São João da Ponta |
| Breves | Moju | São João de Pirabas |
| Bujaru | Mojú dos Campos | São João do Araguaia |
| Cachoeira do Arari | Monte Alegre | São Miguel do Guamá |
| Cachoeira do Piriá | Muaná | São Sebastião da Boa Vista |
| Cametá | Nova Esperança do Piriá | Soure |
| Capanema | Novo Progresso | Senador José Porfírio |
| Capitão Poço | Novo Repartimento | São Félix do Xingu |
| Castanhal | Óbidos | Tailândia |
| Chaves | Oeiras do Pará | Terra Alta |
| Colares | Ourém | Terra Santa |
| Conceição do Araguaia | Oriximiná | Tucuruí |
| Concórdia do Pará | Pacajá | Tracuateua |
| Curralinho | Palestina do Pará | Trairão |
| Curuá | Paragominas | Uruará |
| Curuçá | Placas | Vigia |
| Faro | Ponta de Pedras | Viseu |
| | Portel | Vitória do Xingu |



RICARDO AMANAJÁS / AGÊNCIA PARÁ

SENADOR ZEQUINHA MARINHO IMPLANTARÁ CENTRO TECNOLÓGICO DO CACAU E CHOCOLATE EM MEDICILÂNDIA

Um investimento de R\$ 5 milhões do senador Zequinha Marinho vai permitir a instalação do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) do Cacau e Chocolate, no município de Medicilândia (PA). O recurso foi direcionado por meio de emenda parlamentar e irá financiar a construção e o custeio da unidade. O CVT tem por missão ampliar e fortalecer a produção da cadeia do cacau, promovendo a transferência de conhecimento tecnológico para o aperfeiçoamento do processo produtivo.

A nova unidade promove também ensino e profissionalização voltados para a difusão do acesso aos conhecimentos científico e tecnológico e conhecimentos práticos na área de serviços técnicos. “O Pará disputa ano a ano com a Bahia o título de maior produtor de cacau do Brasil. Além da elevada produção, nossa amêndoa é de excelência, reconhecida em grandes eventos internacionais. Apoiar a cadeia do cacau e ajudar no



MAIS CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Implementados em 1995 no Brasil, os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) são instrumentos importantes para permitir que a ciência, a tecnologia e a inovação sejam temas e ações presentes no dia a dia da população.

Ao promover a inserção social, os CVTs preveem a democratização do acesso à ciência e à tecnologia, gerando real impacto social, mudando a dinâmica produtiva de comunidades, abrindo o mercado de trabalho à inovação e permitindo a prática do conhecimento científico e tecnológico.

No caso do CVT do Cacau e Chocolate, o foco será na capacitação e no aperfeiçoamento técnico de jovens produtores rurais.

Com o apoio técnico do professor e assessor técnico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Almir Silva, a estrutura será fundamental para promover o empreendedorismo na região. Com previsão para ser instalado em Medicilândia (PA), o CVT Cacau da Amazônia pretende formar jovens com foco empreendedor. “Fornecida a eles a possibilidade de ter as ferramentas do empreendedorismo, a gente partiria também para a estrutura industrial, trabalhando nas cadeias complementares, as cadeias de valor. Por exemplo, desenvolvimento de fármacos, cosméticos e chocolates probióticos”, explicou.



aperfeiçoamento da produção garantirá sua expansão, gerando mais empregos e trazendo novos investimentos para o estado”, comentou o senador Zequinha.

A emenda para a construção do CVT do Cacau e Chocolate está no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que aguarda a liberação do financeiro por parte da Secretaria de Governo para executar o cronograma de pagamento da obra.

De acordo com o ministro Marcos Montes, o Mapa aguarda a liberação do financeiro para poder repassar o recurso do CVT do Cacau e Chocolate. “A expectativa é que o financeiro chegue nas próximas semanas. Chegando isso, pagamos a emenda para garantir a unidade no Pará”, explicou o ministro.

“Apoiar a cadeia do cacau e ajudar no aperfeiçoamento da produção garantirá sua expansão, gerando mais empregos e trazendo novos investimentos para o estado”

Senador Zequinha Marinho

SUSPENSÃO DA CONCESSÃO DA BR-163 É TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Inaugurada em 20 de outubro de 1976, a rodovia BR-163 é uma das rotas de integração e de deslocamento mais importantes do país. Com um tráfego diário superior a 70 mil veículos, sendo 70% de carretas, a rodovia tem se consolidado como um eixo de escoamento da produção de grãos da região Centro-Oeste pelos portos do Arco Norte. Apesar de sua relevância econômica e social, a rodovia demanda ações para melhoria em sua trafegabilidade. Em 2021, o governo federal chegou a publicar edital para a concessão da via, mas naquele mesmo ano o Ministério Público Federal entrou com ação para suspender o processo.



PEDRO FRANÇA / AGÊNCIA SENADO

INVESTIMENTO PREVISTO PELA CONCESSIONÁRIA VIABRASIL-BR 163

No período de 10 anos, a previsão é investir R\$ 1,76 bilhão em obras de melhoria da rodovia.

Outros R\$ 1,2 BILHÃO serão aplicados em custos de operação e manutenção.



ALBERTO RUY / MINFRA

Compreendendo a necessidade constante de investimentos para a melhoria da rodovia, o senador Zequinha Marinho, juntamente com o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) promoveram audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Ambos defendem a concessão da rodovia como forma de superar problemas frequentes, como os episódios de atoleiro durante a temporada das chuvas amazônicas.

Para solicitar a suspensão do proces-

so de concessão, o MPF alegou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) não teria cumprido decisão liminar, proferida em 2020, determinando a aprovação do Plano Básico Ambiental Indígena, de forma a reduzir os impactos da obra sobre os povos indígenas atingidos pelo asfaltamento da rodovia.

Durante a audiência pública, o senador Zequinha Marinho chamou atenção para a necessidade do país avançar. Ele

ressaltou que “a rodovia está sendo operada e esses empreendimentos precisam avançar. Vai haver apenas a mudança do operador, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes para uma concessionária”.

Zequinha salientou ainda que a rodovia não está dentro das terras indígenas, mas próxima à região, e que a BR é antiga e já foi pavimentada, precisando ser recuperada quanto antes para o melhor escoamento da produção local.

O sistema rodoviário da BR163/230/MT/PA tem uma extensão de 1.009,52 km.

A concessão possibilitará a construção de acessos definitivos aos terminais portuários de Santarém, Itapacurá e Miritituba, no Pará, bem como de faixas adicionais, acostamentos, vias marginais.

A expectativa é de que, em meio a tudo isso, sejam gerados cerca de 30 mil empregos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO

QUARTO ANO DO MANDATO

Nessa linha do tempo, destacamos algumas das principais agendas assumidas pelo senador como forma de defender o Pará e garantir melhores condições de vida aos paraenses.



ALAN SANTOS/PR

Audiência com o Ministro das Cidades e representantes de associação do Pará.

Visita a construção da ponte Xambioá, em São Geraldo do Araguaia.



YURI AGE

Presidindo a Comissão de Meio Ambiente.



GERALDO MAGELA / AGÊNCIA SENADO



Em Irituia, reunido com mototaxistas.



MARCELO BARBOSA



Cavalgada em Jacundá



MARCELO BARBOSA



FPA



Encontro de Lideranças da FPA

JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ



MADALENA ALVES

Posse da Nova Diretoria da Frente Parlamentar Evangélica (FPE).



Diretoria da FPA concede entrevista coletiva à imprensa.

YURI AGE



YURI AGE

Reunião no MInfra para tratar sobre a pavimentação da BR-308/Viseu.



EDILSON RODRIGUES / AGÊNCIA SENADO

Participação remota na reunião da Comissão de Infraestrutura.



No plenário do Senado, com o presidente Rodrigo Pacheco.



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Bate-papo com senadores, no plenário

Entrega de Títulos de Terra em Marabá.



ALAN SANTOS/PR



SENADOR
ZEQUINHA
MARINHO

QUER RECEBER INFORMAÇÕES DO MANDATO DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO?

Faça parte da nossa lista de transmissão
no WhatsApp e do nosso canal do Telegram.



Adicione este número aos
seus contatos

(61) 99881-0020

Envie um mensagem
dizendo: “Oi, eu quero
fazer parte da lista de
transmissão. Meu nome
é [seu nome].”



Inscreva-se em nosso
canal no Telegram:
t.me/ZequinhaMarinhoOficial



zequinhamarinho.com.br



[/zequinhamarinhooficial](https://www.tiktok.com/@zequinhamarinhooficial)



[/zequinhamarinhooficial](https://www.facebook.com/zequinhamarinhooficial)



[@zequinhamarinho](https://twitter.com/zequinhamarinho)



[/ZequinhaMarinhosenador](https://www.youtube.com/channel/UCZequinhaMarinhosenador)



[@zequinhamarinhooficial](https://www.instagram.com/zequinhamarinhooficial)